

(17.06.83), pág. 05

# ABI quer forças civis unidas com políticos

A mobilização de todas as forças civis, unidas com a classe política, foi defendida ontem no seminário promovido pela Comissão de Comunicação da Câmara dos Deputados sobre a LSN e a liberdade de imprensa, como a alternativa mais segura para eliminar os instrumentos que ainda ameaçam a normalidade democrática.

Barbosa Lima Sobrinho, presidente da Associação Brasileira de Imprensa, Mário Sérgio Duarte Garcia, presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, e o jornalista Hélio Fernandes, diretor da "Tribuna de Imprensa", ressaltaram em seus depoimentos que não é possível a consolidação do processo democrático persistindo a LSN, que não apenas protege o Estado, mas, também, os detentores do poder.

Como exemplo que considerou significativo o presidente da ABI citou a decisão do ministro Leitão de Abreu, chefe do Gabinete Civil, enquadrar um jornalista porque publicou editorial com o título "Cal a máscara do falso liberal". Barbosa Lima Sobrinho disse que não conseguia compreender onde a segurança nacional estava sendo atingida.

Defendendo a liberdade de imprensa como fundamental para a sociedade, lembrou que os norte-americanos só deixaram o Vietnã depois da publicação de documentos secretos do Pentágono em que ficava bem claro que os Estados Unidos estavam perdendo a guerra. Informada sobre o que se passava, a opinião pública exerceu pressão e o governo reconheceu a derrota.

No Brasil uma iniciativa como essa pode até mesmo dar um enquadramento na LSN, como ocorreu, de acordo com o presidente da ABI, com os jornalistas do

"Coojornal" que publicaram documentos considerados secretos sobre a ação militar para eliminar guerrilhas no interior de São Paulo e na Bahia.

Por isso mesmo Barbosa Lima Sobrinho acredita que a defesa de uma imprensa livre não deve ser feita apenas pelos jornalistas, mas por toda sociedade.

Depois de analisar alguns pontos da LSN o advogado Mário Sérgio Garcia observou que essa legislação deve ser substituída por outra que proteja realmente o Estado, e não aqueles que estão no poder.

Em sua análise observou que o acordo feito com o FMI poderia até mesmo enquadrar algumas autoridades brasileiras em seus dispositivos.

O jornalista Hélio Fernandes, que lembrou ter sido enquadrado pela primeira vez na LSN em 1957, em um período democrático, por iniciativa do então embaixador Roberto Campos, que não aceitou críticas feitas por ele a respeito de um acordo firmado entre o Brasil e a Bolívia, enumerou vários casos para demonstrar o que considera abuso dos que se encontram no poder.

Revelou que um dos processos contra ele foi provocado porque noticiou que o então ministro Mário Henrique Simonsen estava organizando um jantar em sua própria homenagem.

Considerando-se ofendido o Ministro resolveu enquadrá-lo, e por isso mesmo o jornalista procurou saber onde é que a segurança nacional estava sendo atingida.

Durante a reunião de ontem, presidida pelo deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), o presidente da Câmara dos Deputados, Flávio Marçillo, foi cumprimentar os participantes do seminário.